

UMA AMIZADE E DOIS MODOS DE ATUAR COMO AMBIENTALISTA: A correspondência entre José Lutzenberger e José Luiz Belart (1973-1979)¹

A FRIENDSHIP AND TWO WAYS TO ACT AS AN ENVIRONMENTALIST:
The correspondence between José Lutzenberger and José Luiz Belart (1973-1979)

Elenita Malta Pereira^()
João Davi Oliveira Minuzzi^(**)*

Resumo

Neste artigo, nosso objetivo é analisar a correspondência trocada entre os ambientalistas José Lutzenberger (AGAPAN) e José Luiz Belart (FBCN). O exame dessa correspondência permite vislumbrar pontos de contato e de divergência entre as ideias e táticas dos missivistas. Permite também acessar seus anseios, temores e opiniões pessoais sobre as causas por que lutavam e, ao mesmo tempo, uma parte da história do ambientalismo brasileiro nos anos 1970, durante um contexto repressivo da ditadura militar brasileira. As cartas são fontes preciosas para as biografias, e podem ser também muito úteis para a pesquisa em história ambiental.

Palavras-chave: Conservacionismo. Movimento Ambientalista. Fontes para a história ambiental.

Abstract

In this article, our goal is to analyze the correspondence between environmentalists José Lutzenberger (AGAPAN) and José Luiz Belart (FBCN). The examination of this correspondence gives insight points of contact and divergence between the ideas and tactics of the writers. In addition, it allows accessing their desires, fears, and personal opinions about the causes for which they fought and, at the same time, a part of the history of Brazilian environmentalism in the 1970s, during a repressive context of the Brazilian military dictatorship. The letters are precious resources for biographies, and can be very useful for research in environmental history.

Keywords: Conservationism. Environmental movement. Environmental history sources.

1 INTRODUÇÃO

Entre 1973 e 1979, o ambientalista e engenheiro agrônomo José Lutzenberger (1926-2002), então presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), e o Contra-Almirante José Luiz Belart (1906-1980), membro da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN), mantiveram intensa correspondência². Nessas cartas, foram trocados textos, ideias e impressões sobre

¹ Este texto é uma versão revisada do artigo “Cartas pela natureza: a correspondência entre José Lutzenberger e o Almirante José Luiz Belart (1973-1979), publicado na Revista da Halac em 2015 (vol. 4, Nº 2). Este trabalho faz parte da pesquisa desenvolvida no projeto “José Lutzenberger: Um mediador entre o ambientalismo brasileiro e global (Déc. 1980-1990)”, financiado pelo CNPq (Edital Universal 01/2016). Coordenadora: Profa. Elenita Malta Pereira. Bolsista Técnico: João Davi Oliveira Minuzzi. Bolsista de Iniciação Científica do CNPq: Sara Rocha Fritz.

^(*) Doutora em História (UFRGS). Professora no Departamento de História da UNICENTRO. Área de Atuação: História Ambiental, Biografias, Ensino de História. Email: elenitamalta@gmail.com

^(**) Doutorando pela Universidade Federal de Santa Catarina. Área de Atuação: História Ambiental. Email: jadminuzzi@gmail.com

² As cartas fazem parte do Acervo Privado de José Lutzenberger (APJL).

proteção à natureza, narrativas de suas respectivas atuações em prol do ambiente, e até mesmo confidências.

As cartas são preciosas fontes para a história, especialmente para biografias, componentes principais dos arquivos privados. Porém, como qualquer outro tipo de fonte, sua crítica se faz necessária. Bem destacado por Ângela de Castro Gomes, a carta, como documento, “não trata de dizer ‘o que houve’, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento” (GOMES, 2004, p. 14). A correspondência é um dos tipos de “práticas de produção de si”: através desses tipos de práticas culturais, como a escrita de cartas, de autobiografias e diários, “o indivíduo moderno está constituindo uma identidade para si através de seus documentos, cujo sentido passa a ser alargado” (GOMES, 2004, p. 11). Além disso, a correspondência é uma prática “eminentemente relacional”, ela “implica uma interlocução, uma troca, sendo um jogo interativo entre quem escreve e quem lê”. Escrever cartas é “dar-se a ver” a um outro, “uma forma de presença muito especial” (GOMES, 2004, p. 19).

As cartas, tão fundamentais para a pesquisa em biografia, podem contribuir muito no entrelaçamento com a perspectiva da história ambiental, principalmente quando ideias, percepções, éticas e também práticas em relação à natureza são o objeto de estudo. No caso específico deste artigo, permitem um conhecimento maior sobre as trocas entre dois importantes agentes pela proteção da natureza e sobre suas formas de atuação. Além disso, num sentido mais amplo, essas cartas contêm narrativas de uma pequena parte da história das lutas ambientalistas no Brasil nos anos 1970, em meio a uma repressiva ditadura militar³ que governou o país de 1964 a 1985.

Entretanto, antes de abordar as cartas, é preciso traçar um breve esboço das trajetórias dos missivistas e de seus respectivos contextos de atuação e escrita. Um espaço maior é dedicado à trajetória do Almirante Belart, sobre quem são apresentados dados biográficos pouco conhecidos, garimpados na pesquisa de fontes primárias, já que ele se mantém como uma figura pouco estudada na história brasileira. Em seguida, é procedida a análise da correspondência, apresentando os principais temas tratados,

³ Uso aqui a formulação “ditadura militar”, seguindo o historiador Carlos Fico, para quem “não é o apoio político que determina a natureza dos eventos da história, mas a efetiva participação dos agentes históricos em sua configuração. Nesse sentido, é correto designarmos o golpe de Estado de 1964 como civil-militar (...), mas o que veio depois foi uma ditadura indiscutivelmente militar” (FICO, 2014, p. 9-10). Também o historiador Marcos Napolitano afirma que “o golpe civil-militar rapidamente se transformaria num regime militar” (NAPOLITANO, 2014, p. 67).

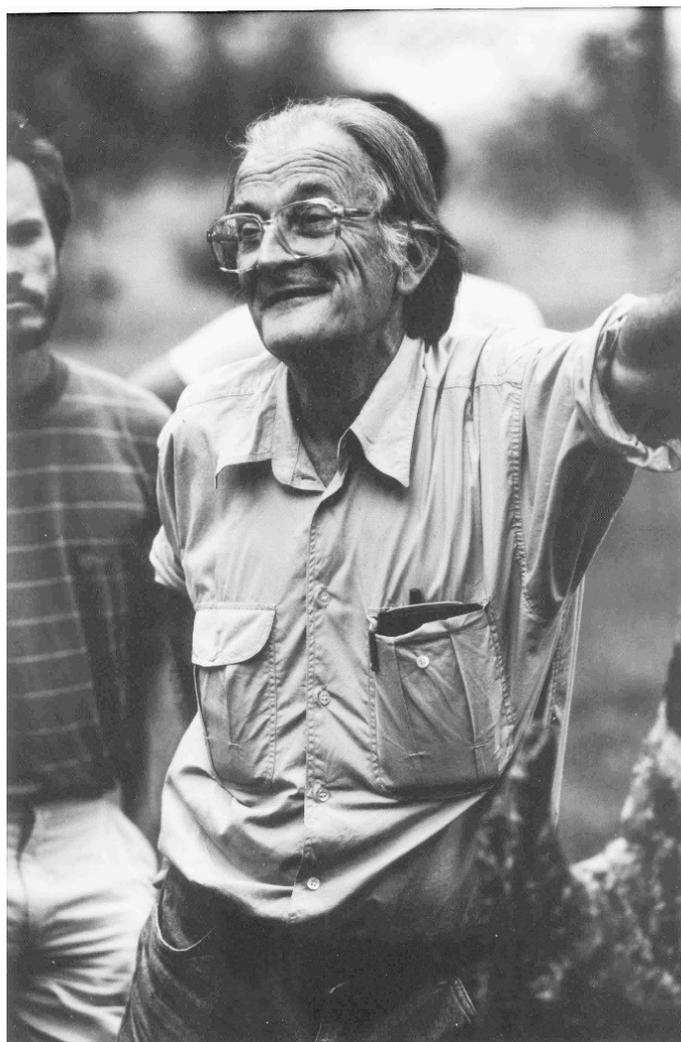
pontos de concordância e divergência, e as formas de atuação de cada um dos personagens. Por meio do exame das cartas, perceberemos dois modelos de militância ambientalista bem diferentes, que refletem a orientação político-filosófica das entidades a que ambos estavam vinculados.

2 OS MISSIVISTAS

Lutzenberger foi um ambientalista de renome internacional. Nasceu em Porto Alegre-RS, onde também cursou a faculdade de Agronomia da UFRGS (1947-50). Passou um ano estudando nos Estados Unidos sobre Edafologia na *Louisiana State University* (1951-52) e, de 1957 a 1970, foi funcionário da multinacional agroquímica BASF. Por conta desse trabalho, morou na Alemanha, Venezuela e Marrocos e atuou em diversos países. No final dos anos 1960, a empresa entrou no ramo dos agrotóxicos, o que gerou um drama de consciência em Lutzenberger. Por isso, desligou-se da BASF e voltou para a cidade natal, onde fundou a AGAPAN, em abril de 1971, junto com um grupo de pessoas preocupadas com a devastação da natureza. Ele presidiu a entidade desde o início, até 1983 e, em 1987, foi declarado seu presidente de honra.

Ao longo de sua militância como ambientalista, Lutzenberger envolveu-se em diversas lutas, como a defesa das florestas tropicais; o combate ao desmatamento e à poluição em todas suas formas; a crítica ao modelo de desenvolvimento econômico, embasado no consumo; o combate à revolução verde, principalmente ao uso de agrotóxicos e, por consequência, lutou por uma agricultura de base ecológica. Proferiu inúmeras palestras em vários países sobre a temática ambiental. Além de lutar pela proteção da natureza, preocupava-se com a solução dos problemas ambientais, por isso tornou-se empresário de reciclagem e paisagismo ecológico. Por sua atuação, recebeu, na Suécia, o *Livelihood Award*, também chamado de Prêmio Nobel Alternativo, em 1988. Foi secretário nacional do meio ambiente durante o governo Collor (1990-92) e criou a Fundação Gaia, em Pantano Grande-RS, ONG dedicada ao trabalho com educação ambiental e agroecologia.

Figura 1 - Lutzenberger.



Fonte: Foto do APJL.

Durante os anos 1970, Lutzenberger e as lutas da AGAPAN ocupavam com frequência importantes espaços nos jornais, rádios e programas de televisão. A ditadura militar instaurou um sistema de censura que interferia também nas pautas de parte da imprensa: conteúdos considerados “subversivos” poderiam ter a publicação proibida⁴. Com isso, sobravam espaços em branco em alguns jornais que, inclusive, eram

⁴ Segundo Daniel Aarão Reis e Denise Rollemberg, a censura “atingiu a imprensa de maneira diferenciada, uma vez que o termo refere-se a um conjunto muito amplo e variado de órgãos de informação. Assim, se a censura serviu para cercear periódicos de grande circulação como *Última Hora* e *Correio da Manhã* e os da imprensa alternativa ou nanica, como *Opinião*, *Movimento*, *Em Tempo*, *Pasquim*, igualmente foi útil a muitos outros para calar aqueles que veiculavam posições contrárias ao regime e/ou à ordem capitalista. A censura, assim, desempenhou papel fundamental na implantação e na consolidação da ditadura, silenciando uns e servindo a outros. Houve abençoados pela censura que construíram impérios de comunicações”. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/campanha/censura-nos-meios-de-comunicacao/>. Acesso em 02 nov. 2014.

preenchidos com receitas de bolo e poemas (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2010). A AGAPAN não era considerada subversiva pelo regime de exceção em vigor, apesar de trazer à tona todo um questionamento sobre o modelo econômico vigente, baseado no consumo dos elementos naturais. Desse modo, as temáticas ecológicas passaram a ocupar preciosos espaços na imprensa gaúcha e, em seguida, nos principais jornais brasileiros. Lutzenberger era constantemente chamado a dar sua opinião sobre todo e qualquer assunto na área ambiental, tornando-se muito conhecido no país.

Já o Almirante Belart teve sua atuação ecológica restrita ao Brasil, a partir de 1967, quando ingressou na FBCN. Em 1969, foi convidado pelo então presidente da entidade, Wanderbilt Duarte de Barros, “para coordenar as atividades conservacionistas em âmbito nacional, junto à Presidência da República e ministérios, em colaboração com o IBDF⁵” (O GLOBO, 1980, p. 14). É curioso observar, em obras sobre a história do ambientalismo (URBAN, 2001 e BONNES; HASSE, 2002), a menção do “Almirante Belart” como uma figura importante para o movimento ambientalista nos anos 1970, no entanto, se conhece pouquíssimo sobre sua trajetória e imagem (fotos). Percebendo essa lacuna, apresentamos aqui um esboço biográfico de Belart, a partir de fontes garimpadas na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional (HBN), que se encontram *online*⁶. Foram localizadas principalmente referências em jornais, onde costumavam ser publicadas notícias da Marinha (e demais poderes) – constam menções sobre suas promoções, estudos, publicação de livros, viagens, etc. Especialmente interessante foi encontrar sua contribuição ao setor de rádio e radioamadorismo.

José Luiz Belart (1906-1980) era Oficial da Marinha, tendo chegado ao almirantado (Contra-Almirante). Construiu uma carreira exemplar por mais de 30 anos: desde 1927, quando formou-se como “guarda-marinha” na Escola Naval do Rio de Janeiro (GAZETA DE NOTÍCIAS, 09/01/1927, capa) até 1958, quando foi reformado por “invalidez definitiva” (CORREIO DA MANHÃ, 24/08/1958, p. 6), devido a um acidente de automóvel sofrido no Uruguai, onde ocupava o cargo de Adido Naval (CORREIO DA MANHÃ, 25/04/1954, p. 9).

⁵ Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. Era o órgão responsável pela fiscalização das florestas brasileiras, criado em 1967 e extinto em 1989, quando foi sucedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

⁶ A Hemeroteca pode ser acessada em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>.

O jovem Belart interessava-se pelo estudo do rádio e radiotransmissão. No início dos anos 1930, publicou uma das primeiras obras sobre o tema no Brasil, em dois volumes: *Rádio: princípios gerais* – Volume 1 (Data ignorada); *Rádio: parte prática*.

Volume 2 (1932)⁷. Em 1942, publicou também *Manual de Radiogoniometria*, obra que foi julgada de utilidade pública para a Marinha e, por isso, merecedora de premiação (DIÁRIO CARIOCA, 12/11/1942, p. 5). Em 1934, foi eleito Vice-Presidente da Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão (LABRE), da qual foi um dos fundadores⁸. Trabalhou com radiotransmissão também na Marinha: foi imediato no Departamento de Rádio do Arsenal da Marinha da Ilha das Cobras e, em 1941, foi designado Encarregado da Estação Central Radiotelegráfica da Marinha (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 17/12/1941, p. 4). Em 1945, viajou aos Estados Unidos “para realizar uma visita aos principais centros técnicos de rádio dos EUA, a fim de aperfeiçoar seus conhecimentos sobre o assunto” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 25/05/1945, p. 2).

Figura 2 - Um mercado para a Ilha do Governador.
Belart é o último à direita, sorrindo.



Fonte: *A Noite*, Rio de Janeiro, 09/09/1946, p. 11 (HBN).

⁷ Provavelmente, o primeiro volume foi publicado no final dos anos 1920. Sobre o volume 2, com 600 páginas e 400 gravuras, na seção “Livros novos” do *Diário Carioca* (23/10/1932, p. 2), consta o seguinte: “Estudo bastante detalhado dos diversos elementos componentes de um circuito de rádio (...). O autor introduz muito acertadamente uma terminologia nacional, com o fim de evitar, de uma vez por todas, o uso pouco patriótico de vocábulos estrangeiros no nosso meio técnico, por ser a primeira obra no gênero e ainda mais por estar escrita em língua portuguesa”.

⁸ Ata de fundação da LABRE, ocorrida em 02 de fevereiro de 1934. Disponível em: http://www.labre.org.br/wa_files/fundacao-da-labre.pdf. Acesso em 15 agosto 2014.

Além das atividades na Marinha, Belart participava das questões de seu bairro, foi presidente da Associação dos Moradores da Ilha do Governador. Em 1946, ele apareceu em foto tirada por ocasião da visita do secretário geral de agricultura, indústria e comércio da prefeitura do Rio de Janeiro para escolher o local para a instalação do primeiro mercado na Ilha:

Casou-se, em Porto Alegre, com Erika, “uma gaúcha neta de imigrantes alemães” (BELART. 27/08/1973). Falava e lia a língua germânica, assim como Lutzenberger, que era descendente de alemães.

A partir de 1949, Belart passou a envolver-se com a região Norte do Brasil. Foi designado para participar da comissão do planejamento da Base Val-de-Cans, em Belém do Pará (A NOITE, 25/10/1949, p. 9), da qual foi comandante até 1952 (CORREIO DA MANHÃ, 24/08/1952, p. 3). Em 1951, foi nomeado também comandante da Flotilha do Amazonas (CORREIO DA MANHÃ, 20/01/1951, p. 3). Em seu livro *Missão (quase) impossível*, Teresa Urban argumentou que a criação da Flotilha do Amazonas teria colaborado para aproximar os conservacionistas de setores da Marinha, responsáveis pela fiscalização ambiental da Floresta Amazônica (URBAN, 2001, p. 33). No entanto, a Flotilha foi criada por D. Pedro II, em 1868⁹, muito antes da FBCN (fundada em 1958), ou de qualquer outra entidade de luta ambiental existir. Belart foi comandante da Flotilha por apenas seis meses, de janeiro a julho de 1951 (A MANHÃ, 28/07/1951, p. 9.), e nessa época, ainda não se manifestava pela defesa ambiental. Além disso, a Flotilha não tinha função explícita de fiscalização ambiental da Amazônia, como a mensagem do Almirante Cordeiro da Graça deixa inferir:

A todos os navios da Flotilha do Amazonas coube comissões diversas, como garantia da ordem pública, socorro marítimo, viagem de instrução com alunos da Escola de Marinha Mercante do Pará, exercícios, recarregamento de faróis, representação e transporte de autoridade, e os elogios feitos pelas mesmas autoridades constituem valioso testemunho do valor profissional e dedicação ao serviço dos comandantes, oficiais e guarnições que neles servem (O LIBERAL, 25/05/1951, p. 3).

A mensagem também salientava a atuação de oficiais que trabalharam na Flotilha, entre eles, o

Sr. capitão de fragata José Luiz Belart que desempenhando cumulativamente as funções de comandante da Base Naval de Val-de-Cans e comandante da Flotilha do Amazonas, onde imprimiu uma organização perfeita nos serviços a seu cargo, não poupando esforços para o preparo dos navios da Flotilha de modo a poder ser cumprida o PGOR para o corrente ano, demonstrando valor profissional, inteligência, lealdade e nítida compreensão dos seus deveres (O LIBERAL, 25/05/1951, p. 3).

⁹ Para um breve histórico da Flotilha do Amazonas, acessar o portal da Marinha: <<https://www.mar.mil.br/flotam/historic.htm>>. Acesso em 10 agosto 2014.

Em abril de 1954, Belart foi nomeado Adido Naval à Embaixada Brasileira em Montevideu. Nessa época, já era Capitão de Mar e Guerra e, em viagem aos Estados Unidos, foi registrada a fotografia abaixo:

Figura 3: Belart como capitão de mar e guerra nos EUA



Fonte: *Toponímia Insulana*. Disponível em: http://fotoclone.in/toponimiainsulana/fotolog.terra.com.br/toponimiainsulana_468.html. Acesso em: 01/08/2014.

No Uruguai, em 1958, sofreu grave acidente automobilístico, que o colocou em uma cadeira de rodas, imobilizado da cintura para baixo. Por conta disso, foi reformado e promovido a Contra-Almirante.

3 CARTAS PELO AMBIENTE

Somente depois da limitação física, Belart passou a atuar como importante intermediador no trato das questões ambientais entre conservacionistas/ambientalistas e o governo militar brasileiro, por meio de sua rede de relações. Segundo Urban, o Contra-Almirante era amigo de Harold Strang que, durante certo tempo, coordenou uma das comissões técnicas da FBCN (URBAN, 2001, p. 34.) Na época do convite ao Almirante, em 1967, o zoólogo José Cândido de Melo Carvalho era presidente da FBCN e o Boletim da entidade começava a ser editado, período em que “a FBCN se

organizou de uma maneira mais efetiva e ganhou mais dinamismo e maior capacidade de ação” (FRANCO; DRUMMOND, 2009, p. 65).

Belart era “colega e amigo íntimo do General Humberto de Alencar Castelo Branco” (MARQUES, 16/03/2012)¹⁰, assim como foi colega de turma na Escola Naval e amigo por mais de 50 anos do Almirante Augusto Rademaker (O GLOBO, 28/06/1980, p. 12)¹¹. Conhecia grande parte dos militares que assumiram o poder com o golpe civil-militar de 31 de março de 1964, então seu trânsito junto a representantes do governo facilitava muito a causa ambiental.

É nesse contexto que a atuação de Belart deve ser analisada: num período de repressão e censura, sua intermediação dos problemas ambientais junto aos representantes civis e militares da ditadura foi importantíssima, tanto para fazer avançar algumas demandas na área, como para garantir certa liberdade aos manifestantes ambientalistas, evitando que suas críticas fossem censuradas ou acusadas de subversão. Isso pode ser verificado em artigo do jornalista Randau Marques, que conheceu pessoalmente o Contra-Almirante:

Ao longo de quase duas décadas e meia, escrevi centenas de reportagens, que escapavam dos censores graças ao fato de sempre colocar nos textos o nome do Almirante José Luiz Belart, colega e amigo íntimo do general Humberto de Alencar Castelo Branco e extremamente simpático às causas ambientais - como então eram chamados esses atos de resistência contra o arbítrio (MARQUES, 16/03/2012).

O próprio Lutzenberger relatou em correspondência a Belart fatos que poderiam justificar uma denúncia ao SNI¹², de forma a assegurar a proteção do Almirante. Em carta a Sandor, Lutzenberger referiu-se a Belart:

¹⁰ O Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1897-1967) assumiu a presidência da república dias após o golpe civil-militar que destituiu o presidente João Goulart. Castelo Branco governou o Brasil de 1964 a 1967.

¹¹ Augusto Rademaker (1905-1985) foi Almirante e Ministro da Marinha, integrou a junta militar que governou o Brasil de 31/08 a 30/10 de 1969, durante doença do presidente Costa e Silva, e foi vice-presidente no governo Médici (30/10/1969 a 15/03/1974). Era um dos maiores apoiadores do Ato Institucional Nº 5, o AI-5, e sempre esteve alinhado aos setores mais autoritários da ditadura militar. Ver mais em: FOLHA de SÃO PAULO (1968).

¹² Criado em junho de 1964, em seguida ao golpe civil-militar, o Serviço Nacional de Informações (SNI) foi idealizado pelo General Golbery do Couto e Silva, nos moldes da CIA e com apoio do governo norte-americano. O SNI era o órgão central do Sistema Nacional de Informações (SISNI), e a ele cabia coordenar as atividades de informações em todo o território nacional, utilizando espionagem, delação e outros artifícios (FICO, 2001, P. 81).

O Almirante é nossa alavanca no governo federal. Ele é patrono da AGAPAN desde o dia da fundação. É um heroico lutador pela causa conservacionista. Luta detrás dos bastidores. Através de seus contatos em altas esferas, é colega de Rademaker, já tem conseguido muita coisa, inclusive a quase certa eliminação do artigo 19 do código florestal (o artigo que permitia a substituição do bosque natural “heterogêneo” por cultivos “homogêneos”) (...). O Almirante é militar retirado. Infelizmente está paraplégico da cintura para baixo, vive em cadeira de rodas, mas luta ferozmente, escrevendo cartas e pelo telefone. Ele lutou desesperadamente para evitar a Transamazônica. (LUTZENBERGER, 28/08/1973).

A figura de Belart era conhecida entre os ambientalistas gaúchos, pois Antônio Tavares Quintas, professor de Agronomia da UFRGS e um dos fundadores da AGAPAN, era o representante da FBCN no Rio Grande do Sul, antes da fundação da entidade gaúcha.

A correspondência entre Lutzenberger e Belart permite entrever pontos de contato e de divergência entre as ideias e táticas dos missivistas, que, em parte, refletiam as concepções das entidades que representavam. Ambos defendiam a criação de reservas naturais, no entanto, enquanto Belart lutava por uma Política Nacional de Conservação do Ambiente, pela atualização das leis e reorganização dos órgãos ambientais, Lutzenberger ocupava-se com inúmeras palestras e textos críticos à sociedade de consumo, que pregavam a necessidade de uma nova ética ecológica. Essa correspondência é importante também, porque permite acessar seus anseios, temores e opiniões pessoais - e, ao mesmo tempo, uma parte da história do ambientalismo brasileiro nos anos 1970, não só pelo conteúdo de ideias e narrativa de ações, mas também por permitir vislumbrar os modos de atuação ambiental possíveis no contexto repressivo da ditadura militar brasileira.

No APJL, constam 114 cartas trocadas entre Lutzenberger e Belart, além de 18 cartas de Belart a terceiros, das quais ele enviava cópia ao ambientalista gaúcho para seu conhecimento. Nessas missivas, Belart fazia inúmeros apelos em prol da natureza, a diferentes destinatários - civis ou militares influentes no governo -, sugeria a leitura de livros, artigos, textos da FBCN, utilizando sempre uma linguagem direta e respeitosa. Por exemplo, constam cópia de carta de Belart ao Ministro da Agricultura, José Moura Cavalcante (06/08/1973), solicitando o cumprimento do Código Florestal, “principalmente na região do nosso Pinheiro do Paraná”; ao então Presidente da República, Emílio Médici (03/09/1973), pedindo “providências urgentes” para salvar “nossas reservas de Pinheiro do Paraná”, que o Código Florestal fosse cumprido com rigor, e que fosse criada pelo menos uma reserva biológica de araucárias nos estados do

Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; ao Ministro Golbery do Couto e Silva (07/01/1975), a quem Belart remetia sugestões sobre conservação do ambiente; a Amália Geisel (30/09/1976), filha do Presidente Ernesto Geisel, para que intermediasse junto a esse em favor das questões ambientais, entre outras.

O período de correspondência mais intensa ocorreu entre 1973 e 1976; de 1977 a 1979, as cartas vão ficando cada vez mais escassas, até seu final, um ano antes da morte do Contra-Almirante. As temáticas abordadas variam conforme as lutas em que ambos vão se engajando em suas respectivas esferas de atuação. Dentre os tantos temas, aqui destaco a construção do livro *Fim do Futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro* (LUTZENBERGER, 1983)¹³, a situação dos órgãos ambientais (principalmente IBDF e SEMA¹⁴), a elaboração da Lei da Política Nacional de Conservação dos Recursos Naturais (PNCRN), a devastação da Amazônia e a constituição e o cuidado de parques e reservas naturais.

Belart participou com correções e sugestões ao *Manifesto*. Ele enviou partes do manuscrito ao bibliotecário Roberto Tâmara, membro da FBCN, para que também participasse do processo. Lutzenberger disse ter aceitado as sugestões de ambos de “remendos no estilo” (LUTZENBERGER, 17/02/1974). A proposta era que fosse apresentado como um texto do movimento ambientalista, assinado pelos membros mais destacados das entidades brasileiras. O Almirante queria contar com contribuições importantes, sugeriu que Lutzenberger enviasse o texto ao naturalista Augusto Ruschi (pesquisador dos beija-flores no Espírito Santo), e disse que enviaria para José Vanconcelos Sobrinho (Presidente FBCN em Recife e professor da Universidade Rural de Pernambuco) e para Camilo Vianna (Presidente da Sociedade de Preservação aos Recursos Naturais e Culturais da Amazônia - SOPREN - de Belém do Pará). Seu objetivo era conseguir, dessa forma, que eles e outros naturalistas fossem signatários do *Manifesto* (BELART. 12/04/1974). Entretanto, muitos estavam apreensivos em assinar, em especial os que ocupavam cargos públicos (TAMARA. 21/01/1974), provavelmente temendo represálias. Quando publicado, em 1976, o texto não contou com nenhuma assinatura de apoio individual, nem mesmo com a da instituição FBCN.

O IBDF e a SEMA são mencionados com frequência nas missivas. Lutzenberger criticou inúmeras vezes a atuação do órgão responsável pela defesa florestal. Na carta

¹³ A primeira edição foi publicada em 1976.

¹⁴ Secretaria Especial de Meio Ambiente, que funcionou de 1973 a 1989, em âmbito nacional.

enviada a Belart em 26/08/1973, ele reclamou da ação do IBDF, que distribuía mudas de *Pinus elliottii* ao público numa importante feira agropecuária em Esteio-RS e, ao mesmo tempo, não fiscalizava a derrubada de araucárias: “A atual mentalidade do IBDF, de que não importa derrubar os últimos pinhos adultos, desde que sejam plantados alguns *Pinus elliottii*, é absurda e boçal” (LUTZENBERGER, 26/08/1973). Em outra carta, Lutzenberger denunciou a derrubada de mil araucárias no Parque do Caracol, em Canela-RS, com licença do IBDF (LUTZENBERGER, 30/09/1973). Em sua resposta, o Almirante sugeria “um contato mais frequente com o Delegado do IBDF, o Dr. Joaquim de Carvalho parece estar bem intencionado. Se o prefeito de Canela e a própria AGAPAN se dirigissem a ele talvez consigam algum resultado positivo. Vou também me interessar pelo caso” (BELART, 05/10/1973). De fato, Belart entrou em contato com o general Geisel (futuro presidente da República), a quem enviara “um dossiê completo sobre o problema da conservação da natureza no Brasil” (BELART, 01/10/1973). e escreveu diretamente para o presidente do IBDF, solicitando sua atenção para as denúncias de Lutzenberger (BELART, 05/10/1973).

No entanto, em 1974, o ambientalista voltava a criticar o órgão: “em sua forma atual, o IBDF é um organismo pernicioso, ele presidirá e dará licença para a derrubada do último pinheiro” (LUTZENBERGER, 05/01/1974). No ano seguinte, por ocasião de um incêndio no banhado do Taim, Lutzenberger reclamou que o IBDF não tomou providências, e repetiu que o órgão era “pernicioso”, além de “incapaz, inepto, não tem motivação”, em sua opinião, ele devia ser “extinto ou desmembrado, separando-se a parte desenvolvimentista (reflorestamento) da parte controle ambiental” (LUTZENBERGER, 12/05/1975). Em suas respostas, Belart novamente sugeria que a AGAPAN solicitasse providências junto às autoridades governamentais, que enviasse telegrama ao “novo Min. da Agricultura para que dê o necessário destaque à conservação dos recursos naturais, principalmente nas áreas do IBDF” (BELART, 06-02-1974). Ao contrário de Lutzenberger, Belart acreditava que a reformulação do órgão era suficiente: “continuamos a luta para transformação total do IBDF” (BELART, 15/05/1975).

A criação da SEMA e o convite ao conservacionista Paulo Nogueira-Neto, membro da FBCN, para presidi-la foi comemorado por ambos - como “uma nova vitória” (BELART, 24/11/1973) e como algo “muito encorajador” (LUTZENBERGER, 20/12/1973). No entanto, diante da informação de que a secretaria não tinha “autoridade de interferir na política de outros Ministérios”, para Lutzenberger, ela “já nasceu

castrada. Os problemas ambientais são globais e interdisciplinares. Somente uma coordenadoria supraministerial interdisciplinar (...) oferece garantia de resolver alguma coisa”. Mesmo assim, reconhecia que sua criação representava “um grande passo adiante. Mas devemos lutar para que se torne sempre mais importante, mais forte e mais englobante” (LUTZENBERGER, 17/02/1974). Belart concordou que a SEMA nasceu errada quanto ao nível hierárquico, por isso, iria “procurar conseguir do general Golbery, que vai ser o coordenador geral [do governo], a absorver a SEMA, que assim ficaria subordinada à Presidência, que é o que sempre desejamos” (BELART, 22/02/1974).. O Contra-Almirante também conseguiu que Lutzenberger fosse nomeado como Conselheiro da SEMA, ao lado do ex-presidente da FBCN José Cândido de Mello Carvalho, o escritor e advogado Hermenegildo de Sá Cavalcante, o empresário e na época presidente da FBCN José Piquet Carneiro, o Almirante Ibsen Gusmão Câmara, entre outros (BELART, 22/02/1974).

No entanto, pelo menos até 31/07/1974, o secretário do meio ambiente não havia convocado Lutzenberger para as reuniões do Conselho. Nesse ponto, é possível perceber as diferenças entre as concepções de ambos. Lutzenberger supunha não ter recebido convocação porque “ele me considera muito radical”. Em sua opinião, “infelizmente, Nogueira-Neto não tem ainda uma visão profundamente ecológica” (LUTZENBERGER, 31/07/1974). Já Nogueira-Neto, em seu diário, mencionou suas divergências com Lutzenberger, especialmente no episódio da mortandade de mariscos e peixes em Hermenegildo-RS, em 1978¹⁵. Na ocasião, Lutzenberger pediu que ele fosse destituído do cargo de Secretário do Meio Ambiente. Para Nogueira-Neto, o ambientalista gaúcho “gostaria de viver num mundo utópico e se esquecera das realidades do mundo moderno (..) Lutzenberger não aceita a realidade” (NOGUEIRA-NETO, 2010, p. 200). Enquanto o secretário seguia a linha da “conservação da natureza”, preocupado com o uso racional dos “recursos naturais”, algo muito próximo da “realidade”, o ambientalista adotava uma postura mais combativa, política (mas não partidária), enfatizando em seus discursos a importância da humanidade adotar uma nova ética ecológica em relação ao mundo natural.

¹⁵ Os governos estadual e federal explicaram que a causa da mortandade havia sido um fenômeno natural, conhecido como “Maré Vermelha”, versão apoiada por Nogueira-Neto. Já Lutzenberger e muitos ambientalistas gaúchos defenderam que a causa era o naufrágio do navio Taquari, que trazia em seu interior substâncias tóxicas. No entanto, até hoje o incidente permanece sem explicação definitiva, pois nenhuma das partes conseguiu convencer a outra de sua versão. Para saber mais sobre esse episódio, consulte: Pereira (2009).

O assunto mais repetido por Belart em suas cartas a Lutzenberger foi a necessidade de conseguir a aprovação da Lei que instituiria uma Política Nacional de Conservação dos Recursos Naturais (PNCRN). Desde que Geisel foi anunciado como novo presidente, o Almirante iniciou seus contatos para alertá-lo sobre a importância de uma política ambiental para o Brasil. Na carta a Lutzenberger de 01/10/1973, Belart mencionou que um assessor de Geisel garantira: “o general está consciente do problema e deseja encontrar fórmula que permita desenvolvimento com conservação” (BELART, 01/10/1973). A convicção de Belart sobre o assunto era tamanha que até mesmo o *Manifesto* deveria ser orientado “para nossa problemática, enfatizando a importância de uma Política Nacional de Conservação Ambiental [sublinhado do autor]” (BELART, 26/12/1973). No ano seguinte, ele direcionou seu pedido ao novo Chefe da Casa Civil: “Estamos agora procurando sensibilizar o General Golbery no sentido de apoiar a lei sobre a PNCRN. Em resposta a nossa carta, ele determinou estudos a respeito. Vamos ver o resultado!” (BELART, 14/07/1974).. No mês seguinte, Belart se mostrou ainda mais animado: “Está em pauta a reorganização do IBDF como empresa. Na secretaria do planejamento da presidência da república, está em estudos o projeto de lei sobre a PNCRN, por determinação do Gen. Golbery. Esperamos que o resultado satisfaça” (BELART, 12/08/1974). Em janeiro de 1975, Belart enviou outra carta diretamente a Golbery, renovando o pedido (BELART, 07/01/1975).

No entanto, em novembro de 1975, Belart menciona que o Ministro da Agricultura, que na ocasião estava com o projeto da PNCRN, “estava receoso de encaminhá-lo ao presidente Geisel”. Sua impressão era de que “só conseguiremos esta lei fundamental se conseguirmos que o presidente Geisel peça o projeto ao Ministro”. A AGAPAN poderia colaborar nesse sentido, em uma futura audiência com o presidente, cujo planejamento estava sendo intermediado por Belart. Nessa reunião, os representantes da AGAPAN deveriam

Explicar ao General Geisel ser indispensável uma palavra sua aos Ministros Paulinelli e Velloso¹⁶, sem o que nada será alcançado, repetindo-se o fracasso do tempo do presidente Médici, que deu a ordem mas não foi atendido pelo ministro! A lei que desejamos não vai criar dificuldades ao desenvolvimento do país, pelo contrário, vai tornar o progresso ordenado e sustentável! (BELART, 09/11/1975).

¹⁶ Belart se referia ao Ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, e ao Ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso.

Aqui é interessante tecer algumas observações sobre o pedido de Belart. Primeiro, podemos perceber que havia resistência dos ministros de apresentar o projeto ao presidente Geisel, provavelmente porque temiam que uma política ambiental pudesse levar a entraves aos megaprojetos desenvolvimentistas em curso durante o período (uma série de estradas, hidrelétricas, projetos de colonização na Amazônia, abertura à instalação de indústrias multinacionais, etc.), ou seja, isso poderia prejudicar o “progresso”. Por outro lado, o projeto do Contra-Almirante não ameaçaria o “desenvolvimento do país”, pelo contrário, ele tornaria o progresso “ordenado e sustentável”. Ele utilizava termos caros aos militares, inclusive presentes na bandeira brasileira, “ordem” e “progresso”, para convencê-los. Também o uso do termo “sustentável”, ao lado de “progresso” não era usual na época - o conceito de “desenvolvimento sustentável” surgiria somente no final dos anos 1980¹⁷. Por fim, podemos perceber aqui também o próprio *modus operandi* da ditadura, durante o período em que vigorou o Ato Institucional Nº 5 (1968-78): a lei poderia ser aprovada diretamente pelo presidente, sem passar por votação no Congresso Nacional. O processo era extremamente personalista – aliás, como toda a atuação de Belart junto aos colegas militares pela proteção ambiental.

Não há confirmação se houve mesmo a reunião da AGAPAN com Geisel, ela vinha sendo postergada, mas Lutzenberger informou os nomes dos membros que participariam da mesma: “Mozart Pereira Soares (Vice-presidente AGAPAN), Lair Baum Ferreira (Secretário-geral AGAPAN), Gert Schinke, Comandante Nelson Matzembacher, Hilda Zimmermann, Nora Tatsch e José Lutzenberger (Presidente da AGAPAN)” (LUTZENBERGER, 27/01/1976) No entanto, diante de episódios recentes de adulteração de leite com formol, substância cancerígena, e de tantos eventos de devastação dos elementos naturais, Lutzenberger se mostrava descrente sobre o poder de mudança efetivo de uma política ambiental - em última análise, o projeto conservacionista defendido pelo Almirante e pela FBCN como um todo. Em sua opinião, “o movimento ambiental não pode mais ficar em termos apenas de alguns remendinhos aqui, um pouco de reforma e legislação ali, mais alguns parques acolá, está chegada a hora de atacar as bases da degeneração que é a Sociedade de Consumo” (LUTZENBERGER, 05/01/1976). Na resposta, porém, Belart manteve sua crença na

¹⁷ O conceito de “desenvolvimento sustentável” surgiu no relatório da Comissão Brundtland, publicado em 1987. Está disponível em livro, em português: Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso Futuro Comum*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

PNCRN: “estou certo de que a melhor solução para nós, será a lei que estabelece a Política Nacional de Conservação dos Recursos Naturais”, que continuava nas mãos do ministro da Agricultura (BELART, 14/01/1976). A Amazônia foi outro tema mencionado em várias cartas. Os dois missivistas se preocupavam com sua preservação, antes do assunto ganhar as manchetes nacionais e internacionais, na segunda metade dos anos 1980. Como vimos, Belart prestara serviços na região, na base de Val-de-Cans e na Flotilha do Amazonas, portanto conhecia a realidade da floresta. Na carta de 24/11/1973, ele disse estar “em campanha pela Amazônia. O secretário executivo do Programa do Trópico Úmido do CNPq¹⁸, Dr. Dantas Machado, já está bem sensibilizado com contato permanente conosco. Queremos forçar a criação e implementação de pelo menos 50 milhões de hectares de Reservas de Preservação com urgência” (BELART, 24/11/1973). Em 1976, o Almirante mencionou: “O problema da Amazônia tem me forçado a manter com o General Golbery, e outros, correspondência frequente” (BELART, 22/09/1976).

A constituição de parques e reservas foi assunto constante nessa correspondência. Lutzenberger comentou várias vezes o estado de seu trabalho de paisagismo no Parque da Guarita (em Torres-RS), bem como a luta contra a devastação de outras áreas, como o Parque do Caracol (em Canela-RS) e o Parque dos Aparados da Serra (em Cambará do Sul-RS), onde árvores nativas eram derrubadas. Denunciava também que o Parque de Itapuã, em Porto Alegre, “criado havia 2 anos, a pedido da AGAPAN” estava sendo devastado pelo “tráfico ilegal de pedras” e de areia: “Mais de 400 pedreiras, inclusive uma multinacional, trabalham lá dentro 24 horas por dia, sábado, domingo e feriado (...) gigantescas jamantas levam diariamente das poucas praias a areia que vai direto às construções em Caxias” (LUTZENBERGER, 14/06/1976). Lutzenberger defendia a criação de parques, mas em sua visão, não bastava instituí-los, a luta deveria ir além da obtenção destes: o problema ecológico era mais amplo, de fundo ético. Já Belart acreditava no poder dos órgãos governamentais para aumentar as áreas protegidas: da SEMA para “se conseguir implantar um esquema eficiente de parques e reservas biológicas” (BELART, 03/03/1974); e do IBDF, para alcançar “verbas para nossos

¹⁸ Programa criado pelo decreto 70.999 de 17/08/1972, para a Amazônia, no âmbito do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. “A finalidade do programa era fazer o estudo da região visando ao aproveitamento das várzeas da Amazônia, ou seja, das áreas inundadas pelos rios na época das cheias e fertilizadas com os nutrientes trazidos com as águas, tornando-se excelentes para a agricultura. O programa foi criado para o desenvolvimento de tecnologia desse tipo de trabalho e para a facilitação da ocupação com a migração, que ocorreu principalmente onde é o atual estado de Rondônia” (LIMA, 1999)

Parques Nacionais existentes e para outros, principalmente no norte do país” (BELART, 09/11/1975).

Em 1976, a FBCN firmou novo convênio com o IBDF “para a elaboração de projetos de consolidação, execução ou criação dos parques nacionais e reservas biológicas” (O GLOBO, 13/04/1976). O IBDF passava por uma crise, “pois não tinha estrutura nem pessoal técnico capaz”, mas graças ao seu presidente David Azambuja (também membro da FBCN) o convênio poderia melhorar a atuação do órgão (BELART, 20/05/1976).

O convênio é demonstrativo da parceria entre a FBCN e os governos militares. Para Franco e Drummond (2009, p. 347), a associação com o IBDF, que teve início em 1968, era propícia, pois ajudou a entidade a ganhar impulso. Projetos conservacionistas da FBCN também foram financiados pelo CNPq (FRANCO; DRUMMOND, 2009, p. 348). Para esses autores, a cooperação sistemática com o governo foi um dos traços distintivos da FBCN, o que a levou a ser criticada pelos socioambientalistas, no período democrático dos anos 1980, por ter cooperado com governos autoritários (FRANCO; DRUMMOND, 2009, p. 350-351). A parceria possibilitou que a entidade comprasse uma sede, mantivesse publicações e remunerasse técnicos qualificados na área ambiental. Já a situação da AGAPAN era completamente diferente. Por não aceitar financiamento estatal ou de empresas, desde sua fundação em 1971, vivia em permanente dificuldade. Lutzenberger, como todos os conselheiros, não recebiam nenhuma remuneração, a entidade se mantinha com as doações dos sócios, que mal cobriam os gastos com correspondência e telefone, e dependia do empréstimo de uma sala para suas reuniões. No entanto, o estado de penúria era uma vantagem para a AGAPAN, que, sem vínculos com o governo ou com empresas, tinha muito mais liberdade para se manifestar criticamente contra a devastação ambiental.

Também estão presentes nessas cartas confidências, desabafos e pedidos de orientação de Lutzenberger, o que demonstra sua confiança e admiração pelo Almirante, que tinha vinte anos a mais de experiência de vida. É curioso perceber esse traço mais intimista nas cartas enviadas por Lutzenberger, embora sempre datilografadas; já as cartas de Belart, quase todas escritas à mão, são bem mais diretas e objetivas. Por exemplo, o ambientalista consultou Belart sobre candidatar-se a deputado estadual, devido a convites que recebera “de todos os lados” (LUTZENBERGER, 23/03/1974). Em outra ocasião, relatou que recebia ameaças ao telefone, ou se sua esposa Annemarie atendia, “várias vezes obteve silêncio do outro lado, sendo logo desligado”

(LUTZENBERGER, 11/11/1976). Lutzenberger também confidenciou ao Almirante a doença da esposa, assunto que muito poucos conheciam¹⁹. Além disso, em várias cartas, ele desabafava suas opiniões sobre a incapacidade tanto de pessoas que faziam parte do governo, como da administração do país em âmbito mais amplo, de forma bastante crítica. Um dos mais mencionados nesse sentido foi o secretário do meio ambiente Paulo Nogueira-Neto, como vimos, que Lutzenberger considerava “homem muito bom, bem intencionado, mas é muito tímido e acomodado. Ele não quer briga. Não aproveita sequer sua invejável posição de total independência financeira para desafiar forças contrárias” (LUTZENBERGER, 17/04/1977). Em outra missiva, ao mencionar as derrubadas no Parque Aparados da Serra, Lutzenberger citou o exemplo da Alemanha, onde um guarda florestal era bem remunerado, “um homem de status”; já no Brasil, como ganhava salário mínimo, acabava recebendo dinheiro para permitir derrubadas. Não se contendo, emitiu forte crítica: “isso não entra na cabeça dos boçais que nos governam. Para eles só existe PNB²⁰, ‘desenvolvimento’ definido em termos ‘aumento de fluxo de materiais’ e dinheiro e nada mais” (LUTZENBERGER, 14/06/1976). No caso, os “boçais” eram os militares no poder, muitos deles amigos e colegas do Almirante.

O ambientalista mencionou também seus receios quanto à indisposição de autoridades gaúchas devido a declarações suas contrárias a atitudes do governo do estado. Ele se pronunciara contra “o descalabro da agroquímica e da poluição” e a reabertura da fábrica de celulose Borregaard, entre outros assuntos, e por isso, arriscava perder o contrato de paisagismo no Parque da Guarita, firmado com o governo estadual. No entanto, Lutzenberger não aceitava a pressão: “eu não posso prostituir-me e calar a boca para não perder negócios com o estado” (LUTZENBERGER, 23/03/1974). Na resposta de Belart, podemos verificar que sua postura era bem diferente:

Luto com firmeza, mas procuro ser um diplomata hábil e um estrategista. Às vezes um pequeno recuo propicia uma grande vitória. Não perco muito tempo com pequenos detalhes. Procuremos antes objetivos grandes: nossa luta deve ser conduzida com habilidade para conquistar cada vez mais triunfos. Devemos sempre dizer a verdade mas em linguagem polida e elevada. Não se deve fanatizar (BELART, 29/03/1974).

¹⁹ Annemarie faleceu em 1981, vítima de um câncer de útero.

²⁰ PNB, sigla para Produto Nacional Bruto. Atualmente, o indicador mais utilizado para medir o desenvolvimento econômico de um país é o Produto Interno Bruto (PIB).

Talvez o Almirante estivesse aconselhando Lutzenberger a ter uma atitude menos impetuosa e, pelo contrário, usar mais habilidade e estratégia. Era o que de fato ele praticava, uma diplomacia conservacionista em prol da natureza, escrevendo cartas, telefonando, recebendo pessoas em sua casa para conversar sobre o assunto. Ele acreditava que poderia obter muito com esses contatos, já que era extremamente bem relacionado com os militares no poder. Já Lutzenberger tinha postura mais ativa e combativa, em suas palestras, artigos, entrevistas, ocupando espaços na imprensa nacional com denúncias e formulações bastante críticas ao poder ditatorial instituído. No entanto, isso foi possível porque sempre deixou muito claro que não era simpático ao comunismo e, podemos inferir, em boa parte, por causa da “blindagem” que a amizade com o Almirante Belart deve ter proporcionado.

Belart faleceu em 24 de junho de 1980, de insuficiência cardiopulmonar, aos 74 anos (O GLOBO, 27/06/1980, p. 14.). Para homenageá-lo, a Prefeitura do Rio de Janeiro deu seu nome a uma rua na Ilha do Governador, no bairro Jardim Guanabara, próximo ao aeroporto do Galeão (MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 1980). Já Lutzenberger viveu até 2002, vindo a falecer aos 75 anos, em Porto Alegre, depois de 31 anos de atuação pela causa ambiental. Tem recebido algumas homenagens, como o nome de uma reserva ecológica²¹ e de um prêmio de jornalismo ambiental²², ambos em Porto Alegre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da correspondência entre Lutzenberger e Belart permite acessar duas diferentes formas de atuação ambientalista durante os anos 1970 no Brasil. Enquanto o Almirante usava sua influência entre os amigos e colegas militares para conseguir avançar nas leis e órgãos de proteção ambiental, o ambientalista gaúcho atuava junto à imprensa e ao poder público pela conscientização popular sobre as questões ambientais. Para Belart, obter resultados concretos, como uma Política Nacional dos Recursos Naturais, era fundamental. Lutzenberger, por outro lado, acreditava que somente uma mudança profunda na relação entre homem natureza, de caráter ético-filosófico, poderia reverter o processo de devastação dos elementos naturais em curso.

²¹ Reserva Ecológica do Lami José Lutzenberger. Para saber mais, acesse: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smam/default.php?p_secao=156>.

²² Prêmio José Lutzenberger de Jornalismo Ambiental. Para saber mais, acesse: <<http://www.premiojornalismoambiental.com.br/noticias.php>>.

Através de correspondência, telefonemas e encontros pessoais, o Almirante desenvolveu uma estratégia de atuação vitoriosa em muitos aspectos, e derrotada em outros. Apesar de seus apelos, nem a rodovia Transamazônica nem a hidrelétrica de Itaipu deixaram de ser construídas. Talvez a maior vitória tenha sido uma certa “blindagem” a manifestantes ambientalistas, como Lutzenberger, que puderam tecer críticas contundentes sem sofrer perseguição sistêmica.

As diferenças entre Lutzenberger e Belart remetem a divergências mais profundas entre as entidades a que ambos eram filiados. A FBCN estava focada na conservação e preservação dos “recursos naturais”, atuando em cooperação técnica ao governo em projetos junto ao IBDF e CNPq. Já a AGAPAN atuava mais nos moldes do “ambientalismo moderno”, enfatizando a conscientização ecológica da população e a crítica à sociedade de consumo. A entidade gaúcha partia de um enfoque independente, mais filosófico e político - mas não partidário -, enquanto a congênere carioca priorizava uma abordagem mais científica, acadêmica, na busca de soluções para os problemas ambientais.

Por outro lado, é interessante observar, através das cartas, que essas duas percepções sobre o trato da questão ambiental conviviam, apesar das diferenças. No caso em análise, podemos constatar que, inclusive, havia uma convivência amigável e proveitosa para ambos. Enquanto Lutzenberger mantinha o Almirante atualizado das demandas e dos avanços obtidos pela AGAPAN, Belart facilitava a atuação do gaúcho, levando ao conhecimento dos chefes militares as pendências e necessidades de mudança na área ambiental. Lutzenberger foi o mais beneficiado nessa relação e, por isso, sempre demonstrou grande respeito pelo Almirante.

Essa correspondência, portanto, é mais uma das valiosas fontes que nos ajudam a aprofundar a análise sobre o trato das questões ambientais durante a ditadura militar brasileira, um assunto ainda pouco estudado pela história ambiental. Esses documentos permitem-nos conhecer um pouco mais sobre a história do ambientalismo brasileiro nos anos 1970, enfocando dois personagens emblemáticos e as entidades mais importantes daquele período, FBCN e AGAPAN. Além disso, revelam como os dois missivistas percebiam sua própria atuação ambientalista e os avanços e recuos das causas por eles defendidas. Eram ações diferenciadas, com objetivos também distintos que, no entanto, vinham ao encontro num ponto de contato em comum: o fim último da proteção à natureza.

REFERÊNCIAS

BELART, José Luiz. Carta a José Lutzenberger. Ilha do Governador-Rio de Janeiro, 27/08/1973 (APJL).

_____. Carta a José Lutzenberger. Rio de Janeiro, 01/10/1973 (APJL).

_____. Carta a José Lutzenberger. Rio de Janeiro, 24/11/1973 (APJL).

_____. Carta a José Lutzenberger. Rio de Janeiro, 26/12/1973 (APJL).

_____. Carta a José Lutzenberger. Rio de Janeiro, 06/02/1974 (APJL).

_____. Carta a José Lutzenberger. Rio de Janeiro, 22/02/1974 (APJL).

_____. Carta a José Lutzenberger. Rio de Janeiro, 03/03/1974 (APJL).

_____. Carta a José Lutzenberger. Rio de Janeiro, 29/03/1974 (APJL).

_____. Carta a José Lutzenberger. Rio de Janeiro, 14/07/1974 (APJL).

_____. Carta a José Lutzenberger. Rio de Janeiro, 12/08/1974 (APJL).

_____. Carta a Golbery de Couto e Silva. Rio de Janeiro, 07/01/1975 (APJL).

_____. Carta a José Lutzenberger. Rio de Janeiro, 15/05/1975 (APJL).

_____. Carta a José Lutzenberger. Rio de Janeiro, 09/11/1975 (APJL).

_____. Carta a José Lutzenberger. Rio de Janeiro, 14/01/1976 (APJL).

_____. Carta a José Lutzenberger. Rio de Janeiro, 20/05/1976 (APJL).

_____. Carta a José Lutzenberger. Rio de Janeiro, 22/09/1976 (APJL).

BONNES, Elmar; HASSE, Geraldo. **Pioneiros da Ecologia: Breve história do Movimento ambientalista no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Já Editores, 2002.

COMISSÃO Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 20/01/1951, (HBN).

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 24/08/1952, (HBN).

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 25/04/1954 (HBN).

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 24/08/1958 (HBN).

DIÁRIO CARIOCA. Rio de Janeiro, 23/10/1932 (HBN).

DIÁRIO CARIOCA. Rio de Janeiro, 12/11/1942 (HBN).

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 17/12/1941 (HBN).

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 25/05/1945 (HBN).

O ESTADO DE SÃO PAULO. Censura marca a trajetória do jornal em diferentes épocas, 14/03/2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,censura-marca-a-trajetoria-do-jornal-em-diferentes-epocas,524029>>. Acesso em 02 nov. 2014.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1968, “O Ato Institucional Nº 5 – Os personagens”. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/augustoRadmaker.html>>. Acesso em 01 setembro /2014.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. “O cuidado da natureza: a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil: 1958-1992”. **Textos de História**. UNB. Brasília, Brasil, Vol. 17, nº 1, 2009.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 09/01/1927 (HBN).

O GLOBO. Rio de Janeiro, 13/04/1976 (APJL).

O GLOBO. Rio de Janeiro, 27/06/1980.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 28/06/1980.

GOMES, Angela de Castro. “Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo”, em Gomes, Angela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

O LIBERAL. Rio de Janeiro, 25/05/1951 (HBN).

LIMA, Laís Clark. “História da descoberta da *Biomphalaria occidentalis* Paraense, 1981”. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, Oct. 1999.

LUTZENBERGER, José. Carta a Sandor. Porto Alegre, 28/08/1973 (APJL).

_____. Carta a José Luiz Belart. Porto Alegre, 20/12/1973 (APJL).

_____. Carta a José Luiz Belart. Porto Alegre, 17/02/1974 (APJL).

_____. Carta a José Luiz Belart. Porto Alegre, 31/07/1974 (APJL).

_____. Carta a José Luiz Belart. Porto Alegre, 23/03/1974 (APJL).

_____. Carta a José Luiz Belart. Porto Alegre, 12/05/1975 (APJL).

_____. Carta a José Luiz Belart. Porto Alegre, 05/01/1976 (APJL).

_____. Carta a José Luiz Belart. Porto Alegre, 27/01/1976 (APJL).

_____. Carta a José Luiz Belart. Porto Alegre, 14/06/1976 (APJL).

_____. Carta a José Luiz Belart. Porto Alegre, 11/11/1976 (APJL).

_____. **Fim do Futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro** (3ª edição). Porto Alegre: Movimento, Editora da UFRGS, 1983. [A primeira edição foi publicada em 1976].

_____. Carta a José Luiz Belart. Porto Alegre, 17/04/1977 (APJL).

A *Manhã*, Rio de Janeiro, 28/07/1951 (HBN).

MARQUES, Randau, “Aziz Ab’Saber, por Randau Marques”. *Jornal GGN*, 16/03/2012. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/aziz-absaber-por-randau-marques>>. Acesso em 16 agosto 2014.

MUNICÍPIO do Rio de Janeiro, Decreto 2.731, de 15/08/1980. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 19/08/1980.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

A NOITE. Rio de Janeiro, 25/10/1949 (HBN).

NOGUEIRA-NETO, Paulo. **Uma trajetória ambientalista: diário de Paulo Nogueira-Neto**. São Paulo: Empresa das Artes, 2010.

PEREIRA, Elenita Malta. “A árvore da João Pessoa e a Operação Hermenegildo: dois episódios de resistência do movimento ambientalista gaúcho”. In: *VII Mostra de Pesquisa do APERS*. Produzindo História a partir de fontes primárias. Porto Alegre: CORAG, 2009.

URBAN, Teresa. **Missão (quase) impossível: Aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil**. São Paulo: Editora Peirópolis, 2001.

(Recebido em abril de 2020; aceito em abril de 2020)